PLANTANDO SEMENTES, COLHENDO VOLUNTÁRIAS - PROJETO FÉRIAS SOLIDÁRIAS

Júlia Cabral Mathias Pereira

Equipe de voluntárias julho/2019

SUMÁRIO

- - - - X

SUMÁRIO	2
EPITÁFIO	3
DEDICATÓRIA	4
PREFÁCIO	9
VOLUNTARIADO NO BRASIL	10
AFESU	15
FÉRIAS SOLIDÁRIAS	19

EPITÁFIO

“

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.”

-Madre Teresa de Calcutá

”

DEDICATÓRIA

- - - - x

Dedico esse livro primeiramente a Deus, por ter me dado o dom da curiosidade e me mantido firme durante esses anos de curso e estresse nas etapas finais.

Aos meus pais, que me criaram com a curiosidade e vontade por buscar respostas.

Aos meus professores e mentores, que me alimentaram com o conteúdo necessário. Em especial, meu orientador Arbex.

Voluntárias decorando muro de escola

À minha família e aos meus amigos, que me apoiam e se alegram comigo pelas minhas conquistas.

À AFESU, que me proporcionou participar e trabalhar com o projeto “Férias Solidárias”.

À minha corretora, conselheira e amiga, Patrícia Mendonça pelo apoio e incentivo durante o processo de escrita. E a todos que junto com ela me ajudaram a melhorar minha escrita e meu livro.

E a todas as pessoas que fizeram parte desse trabalho de qualquer forma. Especialmente às mulheres nele citados.

Voluntárias em atividade

PREFÁCIO

- - - - x - - - -

Minha história com o “Férias Solidárias” é um tanto quanto antiga. Começou em janeiro de 2013, aos 15 anos. Eu mesma, não me lembro muito bem dessa primeira vez, quem se lembra é a minha mãe. Segundo ela, voltei “acabada” desses dias de atividade intensa e pouco descanso , mas dizendo terem sido as melhores férias de minha vida. O que mais a impressionou foi que nossa família havia ido à terra da fantasia de Walt Disney, um ano antes, e ainda assim essa semana que passei fazendo trabalho voluntário, em uma comunidade carente de uma cidadezinha do interior, tinha sido o melhor recesso que havia vivido até aquele momento.

Do ano seguinte, eu me lembro bem. Foi em Pilar do Sul, município próximo a Sorocaba. Desse ano me recordo da escola em que estávamos e seus arredores, das visitas à população da comunidade, das brigas de gatos no telhado, da dificuldade de acordar cedo, de limpar as salas e banheiros ao fim do dia - e das brigas com as meninas que se negavam a limpá-los - da montagem das atividades, das refeições nas mesas do refeitório, da formação das voluntárias, da música que as responsáveis usavam para nos acordar - *Can't Hold Us* de Macklemore e Ryan Lewis - e da guerra de tinta e água no último dia. Mas o que me marcou mais fundo foi o atrito e desrespeito provocados pelas adolescentes que estavam no meu nível. A pouca diferença de idade e enorme diferença de contexto social, chegaram até a me fazer chorar e pedir para que me colocassem como responsável de outro nível.

Nos dois anos seguintes, o projeto passou a ser realizado em Paraibuna, cidade próxima a São José dos Campos e com estrutura melhor que a anterior. Lá, me lembro que dormimos em uma escola situada no centro e fazíamos as atividades com as crianças em outro bairro. Mas nesta segunda escola, em que trabalhávamos com as

crianças, não foi a mesma nos dois anos. Ainda consigo visualizar o pátio amplo e de muro baixo, o enorme refeitório, o longo corredor escuro - do qual tínhamos medo à noite -, os dois banheiros com apenas um chuveiro em cada - muito apertado e nem sempre quente - a sala de malas e a de palestras, a confusão na hora de decidir quem dormia em que sala, as brincadeiras antes de dormir, os lanchinhos compartilhados, as idas ao mercado e ao centro para tomar um sorvete ou comprar um salgadinho, os ônibus amarelos que nos levavam até a escola e às visitas na comunidade rural, as visitas ao asilo e o bingo com os residentes, as gincanas, os teatros; lembro-me de algumas crianças e inclusive de alguns animais que elas levavam para as atividades.

Sem ter conseguido ir em 2017 e 2018, voltei ao projeto este ano para fazer o meu Trabalho de Conclusão de Curso. Desta vez, sem ser monitora, mas como apoio às voluntárias e olhando o projeto de fora. Cheguei a comentar com uma amiga que também estava de apoio e até com algumas voluntárias mais experientes do projeto: “como é diferente olhar o projeto como um todo, mais de fora, e sendo mais velha.”

A essência é a mesma, o projeto é o mesmo, mas vindo de forma objetiva e sem se envolver muito com as crianças e com a comunidade, é possível captar coisas que quem está atuando não consegue enxergar. Pelo menos não com a perspectiva e clareza do observador. Torna-se possível enxergar até pequenas mudanças de visão e comportamento das jovens.

Escrever sobre o projeto foi muito especial, até pela história e por tantas lembranças vividas. Decidi por esse tema quando um professor do curso nos aconselhou que escolhêssemos um tema do qual gostássemos, pois “casaríamos” com nosso trabalho de conclusão. Pelo carinho e pela natureza do “Férias Solidárias”, decidi que seria isso.

Ao apresentar ao meu orientador a ideia, ele me pediu que tomasse cuidado, para que não me envolvesse tanto e para que não deixasse minha visão jornalística ser “contaminada” pelo afeto. Esse comentário me deixou apreensiva a respeito do tema, pois eu já havia pensado em como iria estruturar as ideias, depoimentos e fotos. Porém, suas

indicações e instruções, me ajudaram na busca por ser o mais imparcial possível.

Durante o processo, houve mudanças de algumas fontes, cortes de outras, falta ou atraso nas respostas e muito nervoso envolvido. Minha visão do que as pessoas responderam e do que eu encontraria na semana do projeto não foi totalmente atendida e imagino que esteja aí o fator que nos faz jornalistas. Essa quebra de expectativas e mudança de realidade a cada dia.

Voluntárias em Pilar do Sul 2014 - imagem de Arquivo, Mariana Coelho

Voluntárias em Paraibuna 2015 - imagem de Arquivo, Giulia Frey

Voluntárias em Limeira 2019

VOLUNTARIADO NO BRASIL

- - - - X - - - -

Se procurarmos no dicionário¹ o significado deste substantivo masculino encontraremos as seguintes descrições:

1. qualidade ou condição da pessoa que ingressa nas forças armadas para prestar serviço voluntário.
2. o serviço dos voluntários.
3. a classe dos voluntários.
4. POR EXTENSÃO
conjunto de pessoas que desenvolvem trabalho, geralmente social, por vontade própria, sem remuneração.

Em seu aspecto jurídico encontraremos a **lei nº 9.608**², promulgada em 18 de fevereiro de 1998, pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Tal código normatiza atividades de trabalho voluntário, já existentes na época.

Na mesma estão os seguintes artigos:

Art. 1º - Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo único: O serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

¹ Significado extraído do dicionário Michaelis de língua portuguesa

² Publicação original, segundo o portal do Planalto, no site do Governo do Brasil

Art. 2º - O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições do seu serviço.

Art. 3º - O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único: As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Assim, também, se faz conhecida a mudança no artigo primeiro, por parte do então vice presidente Michel Temer, em 16 de junho de 2016, através da lei nº 13.297³. Ficando vigente então o seguinte texto:

Art. 1º O caput do art. 1º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

Ar

t. 1º Considera-se serviço voluntário, para os fins desta Lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa.

Tendo conhecidos o termo pela linguística e pelo direito, passemos agora para história e atualidade do povo brasileiro com o voluntariado.

Breve histórico

É de conhecimento geral, que, seja por motivação de bem comum ou do ideal de salvação da alma, o ajudar o outro tem raízes na

³ Publicação original, segundo o portal do Planalto, no site do Governo do Brasil

espiritualidade do povo. Pois, dadas mínimas restrições, as religiões pregam a ajuda do próximo de acordo com o ensinado através de suas doutrinas. Isso se dá em especial na Igreja Católica. Entidade a qual, segundo Otacílio Peçanha Filho⁴, as primeiras atividades voluntárias de conhecimento no Brasil são pertencentes.

A primeira referência histórica ao trabalho voluntário no Brasil data do início do século XVI, mais precisamente 1543, com a fundação da Santa Casa da Misericórdia, na então vila de Santos, Capitania de São Vicente. Nos séculos XVII e XVIII a maioria das entidades filantrópicas era ligada à Igreja Católica.

Mas tendo sido trazido por comunidades religiosas, não permaneceu assim até os dias atuais, sendo moldada a sociedade brasileira, com evolução e abrangência de outros grupos. Segundo a Revista Filantropia, “a evolução da ação voluntária no país passa por quatro momentos bem definidos: benemerência, Estado do Bem-Estar Social, voluntariado combativo e integração do Estado com a sociedade civil.”⁵

Nos primeiros registros, do século XIX, a atividade voluntária era associada com a ideia da benemerência, ou mérito. Tendo os problemas sociais, como desvios na ordem, consideram-se assim as pessoas incapazes de reintegrarem à sociedade e necessitadas da caridade organizada. Portanto as famílias com mais posses e conscientes das questões sociais, costumavam distribuir excedentes entre os necessitados. Mas essa ainda era uma prática muito limitada à elite cristã feminina.

O "voluntariado da beneficência" era incipiente, moralizador, predominantemente feminino, e baseado em sólidos, porém rigorosos valores morais⁶

A partir do século XX, as instituições filantrópicas passaram a ter a intervenção do poder público e, seguinte a década de 1930, instalou-se a política centralizadora de Getúlio Vargas, onde o Estado

⁴ Peçanha Filho, Otacílio. Pag.26 História do voluntariado no Brasil. Impacto Do Trabalho Voluntário Na Atuação De Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos: O Caso Apae-Rio.

⁵ Publicação de 01 Julho 2010 no portal da web Rede Filantropia.

⁶ Peçanha Filho, Otacílio. Pag.26 História do voluntariado no Brasil. Impacto Do Trabalho Voluntário Na Atuação De Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos : O Caso Apae-Rio.

passou a ser o maior provedor de recursos à área social. Ou seja, o denominado Estado de Bem-Estar Social pregou a solução total das questões sociais.

Porém, embora houvesse o desenvolvimento de tais políticas, Peçanha Filho declara essa medida “ineficaz e, em várias situações, ligado a interesses particulares”. Há quem diga que houve, inclusive, prejuízo das iniciativas voluntárias ou associativas.

Como de conhecimento popular, a década de 1960 trouxe uma mudança de mentalidade e diversidade de movimentos a nosso país. Segundo a revista Filantropia, “com a queda do Estado do Bem-Estar Social, o movimento voluntário viu-se questionado politicamente e sem direção clara”, já que partir de 1964 o Estado, com o regime militar, altera-se o modo de atuar no quesito social. Otacílio, recorda que o Governo passou a destinar “mais recursos para o financiamento de organizações privadas (hospitais, escolas, etc.)”.

Deste modo o movimento passou a ser influenciado por correntes libertárias e opositivas, presente nos movimentos originados na época. A partir daí, nos anos 70, grupos passaram a agir e organizações sociais nascer, tendo em conjunto esse viés político. Sendo conhecido como “voluntariado combativo”, tinha características jovens e revolucionárias, nem sempre organizado ou estruturado.

Na década seguinte, com a redemocratização da América Latina e dos países em desenvolvimento, o neoliberalismo surgiu e os financiamentos para a assistência social tornam-se menores e a diminuição da presença do Estado nas ações de cunho social dá origem a uma atividade voluntária que busca a combater os efeitos emergenciais.

Nos anos 1990, cresce esse apelo por atividade filantrópica, pela emergência social em que se encontrava o Brasil. Na segunda metade da década destacaram-se a criação do Conselho da Comunidade Solidária em 1995 e a promulgação da Lei do Serviço Voluntário em 18 de setembro de 1998, por Fernando Henrique, já citada.

Atualidade em números

Atualmente, segundo o suplemento Outras Formas de Trabalho, da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua do IBGE, o voluntariado foi praticado por 7,2 milhões de pessoas no país em 2018. Os parâmetros da pesquisa estipularam duração média das atividades de 6,5 horas por semana.

Mesmo sendo um número ainda pequeno, representa 4,3% da população com 14 anos ou mais. A incidência era maior entre mulheres, 5% delas faziam trabalho voluntário; pessoas com 50 anos ou mais, 5%; e superior completo, 8%.

AFESU

- - - - X - - - -

“A explicação que a AFESU sempre teve em relação a opção de trabalhar com mulheres, continua vigente. Vou elencar alguns. Primeiro que as mulheres, normalmente investem 90% do salário à família; coisa que não se vê com os homens. Isso são dados de pesquisas feitas internacionalmente. A mulher investe na educação dos filhos, na sustentabilidade da própria casa. E nós trabalhamos justamente com isso: dar capacitação profissional para mulheres. Entendemos que investindo na mulher, estamos investindo na família e melhorando sociedade. Porque a mulher tem essa capacidade. Outra coisa, meio anedótica, mas que é fato. A mulher quando aprende uma coisa, descobre algo novo, nós falamos muito, então aquilo se comunica rapidamente. Temos percebido: algo que a mulher e a jovem aprendem, e que seja bom, multiplica a expertise, o conhecimento rapidamente na vizinhança, na família ou no entorno. Ou seja, é um bom negócio formar mulheres, porque essa formação se multiplica rapidamente. Esses são nossos principais motivos.” Essas são palavras de Elza Maria de Freitas Giannico, presidente da AFESU.

A Associação Feminina de Estudos Sociais e Universitários é uma organização não governamental sem fins lucrativos que, desde 1963, promove a dignidade humana por meio da formação cidadã, educacional e profissional de mulheres - crianças, adolescentes e adultas - em situação de vulnerabilidade social.

“Hoje a ONU já deu novos objetivos para o milênio, mas nos anteriores esteve a capacitação profissional da mulher, que às vezes chamam de empoderamento - essa palavra especificamente não me agrada muito -. Mas a mulher passou a ter um foco muito importante no desenvolvimento da sociedade. Então a Afesu de fato sofreu uma incompreensão, algumas críticas em décadas passadas onde não se

entendia isso. Via-se como discriminação, algo do tipo. Hoje isso acabou. Era algo que inclusive, quando fazíamos negociações com o governo, que ficava mal entendido até para entidade ter suas certificações. Ficava o questionamento: ‘porque não meninos?’, e a gente explicava. Mas hoje, pelo contrário. O fato de trabalhar com meninas tem sido um atrativo muito forte. Tanto para as certificações por parte do governo, quanto para doações por parte de empresas. Tem pessoas que querem doar sim à entidades que estão promovendo a mulher”. A presidente completa ainda, que “as pessoas entendem. Quando explicamos o porquê das mulheres, toda essa questão de como ela multiplica o conhecimento e aplica toda renda na família. E depois também, as pessoas que têm contato com a realidade de pessoas de baixa renda, percebem que as meninas, muitas vezes, têm bebês prematuramente e essas crianças ficam com as mães, já que os pais somem. E é uma questão muito clara: estamos investindo na fundação dessa jovem. Se eu estou dando um acompanhamento, se ela vai crescendo em autoestima, vai tendo atitudes de critério e se fortalecendo internamente, como mulher, ela talvez tenha um futuro muito melhor do que outras”.

Sendo uma das primeiras organizações sociais brasileiras criadas com o objetivo de inserir mulheres no mercado de trabalho, foi criada, como a maioria de atividades da época, no modelo de voluntariado de benemerência, por um grupo de mulheres com ideais religiosos em comum. Assim como a vontade de ajudar pessoas com dificuldades financeiras.

Nos primeiros anos de entidade, o grupo de fundadoras fazia tudo por conta própria. Contribuíam economicamente, captavam doações e faziam trabalhos junto à comunidade do bairro Jardim Taboão. Sem local próprio, davam os cursos de artesanato e corte e costura, em uma sala de aula de uma escola pública.

Algum tempo depois, no início da década de 1970, receberam um terreno e mais para frente a construção de uma unidade como doações. A unidade passou a ser conhecida como Centro Social Morro Velho e existe até hoje. Lá passou a ser a centralização das atividades e

ponto de encontro das voluntárias. Começou então a germinar o que até hoje é a missão da AFESU: contribuir para a capacitação profissional e ganho de renda de mulheres. O que as senhoras produziam com as voluntárias se tornava produto e renda para suas famílias.

Então, as atividades passaram a crescer de acordo com a necessidade das mulheres da comunidade e da disponibilidade profissional das voluntárias.

Segundo Giannico, a o voluntariado da ONG, hoje “é considerado “profissional”. O voluntário pode ir poucas vezes, mas ele tem um horário fixo, uma atividade pré-determinada de acordo com seu gosto. “Voluntário é voluntário, vai fazer o que gosta; mas vai escolher o que gosta dentro das necessidades das pessoas atendidas nos projetos. Ele não vai chegar lá e improvisar. E posso te afirmar: hoje a AFESU sem o trabalho voluntário, seria inviável. O voluntário não custa nada para entidade. Temos um universo de mais de 100 voluntários e funcionamos com todos os cursos para os beneficiários de forma 100% gratuita. Não cobra nada, inclusive oferece transporte, em algumas unidades paga o vale transporte das crianças, lanche, em outras unidades proporciona até uniforme pela condição social baixa das famílias. Por isso, se tivéssemos que remunerar todos nossos voluntários, iríamos à falência. Então, acredito que o voluntário bem equacionado, bem gerido, ele resolve sim muita coisa”.

Além disso, passou-se “a ter voluntários não apenas nas unidades - desenvolvendo projetos com as assistidas, que tem um apelo mais forte -, mas temos também na sede administrativa. E é bem bacana. São pessoas que acabaram de se aposentar, estão com uma vida laboral ainda ativa e vêm aqui ajudar na parte da informatização da entidade. Há advogadas que vêm ajudar no jurídico, uma senhora que foi bancária e trabalha o fundo de renda. Então é muito interessante. São pessoas que moram na região e querem aplicar todo seu conhecimento, querem doá-lo, para uma causa que tenham afinidade. Eu inclusive trabalho como voluntária aqui na AFESU. Trabalho na gestão, faço parte da diretoria por conhecer a entidade há muito tempo e como voluntária posso dizer que preenche muito a gente. Trabalho

voluntário não significa falta de compromisso, ou um trabalho sazonal que vou ou não a bel prazer. Significa um trabalho sério, com compromisso e talvez com uma carga horária mais reduzida, mas com impacto forte na atividade que se desenvolve”, completa a dirigente da entidade.

Eleita uma das 100 melhores ONGs do Brasil em 2018, pelo Instituto Doar e Rede Filantropia, de acordo com os padrões de gestão e transparência, oferece gratuitamente atividades complementares no contraturno escolar para crianças e adolescentes; iniciação profissional e cursos técnicos para jovens e adultas. Seu trabalho é desenvolvido em três unidades: Morro Velho, no Jardim Taboão, em São Paulo; Moinho, em Cotia; e Veleiros, na Vila Missionária, também em São Paulo.

Além das atividades desenvolvidas diretamente nas unidades, a ONG desenvolve um projeto chamado Férias Solidárias, que tem por objetivo a formação de voluntárias. Participam desse projeto jovens que frequentam os centros culturais que surgiram entre as décadas de 60 e 70. Segundo a Elza Maria, já se entendia a necessidade de formar novas voluntárias e tirar a visão de que essa atividade era algo próprio às donas de casa. “Então com esse trabalho, fomos percebendo a conscientização e a experiência do jovem. Como aquele voluntariado tem impacto. Mesmo que sejam no máximo 10 dias, no período de férias. É uma questão de trazer uma cultura. Algo que hoje já está muito difundido, não apenas pelo trabalho da AFESU, mas também pelo nosso esforço. E percebemos nos nossos relacionamentos com os jovens, que a questão do trabalho voluntário está viva. E todos se interessam e gostam”.

Conclui explicando que esse trabalho das jovens “não é tão estruturado quanto o que a entidade desenvolve. Agora, o fato é: muitas das voluntárias atuais da AFESU, que trabalham ao longo do ano, foram meninas que tiveram o primeiro contato com o trabalho voluntário no seu período de férias e descobriram a beleza a grandeza e a capacidade que ela têm de ter umas férias produtivas e com impacto em muitas vidas”. Assim como foi com ela.

FÉRIAS SOLIDÁRIAS

- - - - X - - - -

“São atividades que acontecem no recesso escolar, com crianças que também estão nas férias escolares e normalmente são atividades mais lúdicas. Atividades pedagógicas, mas com matiz lúdico muito forte por se tratar de férias de todos: das voluntárias e das crianças. Mas não deixa de ter seu impacto. Esse Trabalho muitas vezes é feito em parcerias com as prefeituras de cidades do interior. A prefeitura valoriza e entende a importância disso. No período de férias o aluno não vai ficar ocioso, ele vai ter uma recreação dirigida.” Embora essas atividades não visam trabalhar as disciplinas escolares formais, como português e a matemática, elas trabalham habilidades socioemocionais, valores e virtudes, como trabalho em equipe, respeito ao próximo, a convivência, a seriedade. Deste modo, “o voluntariado com estudantes é um motor pro voluntariado, que tem um compromisso de dez a quinze dias e que a proposta é a formação do voluntariado”, explica Elza Maria, presidente da Associação a qual está ligado o projeto.

O Férias Solidárias, segundo a dirigente da AFESU, não tem registros precisos de início, mas estima-se que foi nos primeiros anos da década de 70 em Guaratinguetá, pois ela mesma se lembra de sua primeira atividade voluntária junto à entidade, que foi justamente essa iniciativa.

Rural

O projeto conhecido pelas voluntárias mais antigas como “Rural”, em referência a região das cidades em que, normalmente, são feitas as atividades, acontece em um período de 5 a 7 dias na área mais afastada do centro de alguma cidade do interior paulista.

Segundo Júlia Jordão, do Centro Cultural Jacamar e uma das organizadoras do projeto que ocorreu este ano, a escolha do município atendido é feita, com base no seu grau de necessidade. Ou seja são procurados “lugares em que as pessoas estejam em condição de pobreza, desamparadas de serviços de qualidade de educação, cultura, lazer, entre tantos outros.”

Após a escolha, por meio de ofícios e de reuniões com os Secretários da Educação de cada cidade, é apresentada a proposta do projeto e os benefícios potenciais que ele trará às crianças e famílias do bairro. Em seguida, as responsáveis dos centros culturais apontam os aspectos nos quais precisam do auxílio da prefeitura. Isso é, alojamento e espaço para realização das atividades - instalações de uma escola municipal, em geral -, que conte com vestiários e segurança para a estadia do grupo de voluntárias; merenda para as crianças no período da tarde e refeições para as jovens monitoras; proximidade ao público que participará das atividades (comunidades ou bairros residenciais); e, por fim, transporte de ida e volta a São Paulo.

“Como a parceria entre o nosso projeto e as Secretarias da Educação costuma funcionar bem, felizmente há a tradição de realizar várias edições do Férias Solidárias em uma mesma cidade, se a Prefeitura continua a autorizar e apoiar. Foi o caso das nossas últimas duas edições, realizadas na Comunidade do Rubi, em Limeira - SP. De forma geral, nós temos o interesse em permanecer numa mesma cidade, conhecendo, eventualmente, novos bairros necessitados; acontece, porém, que as Prefeituras não se dispõem a nos incluir em seu orçamento, e aí precisamos começar a buscar novas cidades. O processo de estabelecimento de parcerias costuma durar entre dois e cinco meses”, relata Jordão sobre a rotatividade, que se faz necessária também para apoio a diversas comunidades.

Em relação à escolha das voluntárias, a organizadora explica que as jovens que desejam fazer parte do projeto pela primeira vez passam por um processo seletivo relativamente simples e de duas fases. “Primeiramente, as interessadas preenchem um formulário, que é

enviado por e-mail ou WhatsApp. Nosso projeto está na plataforma Atados, que veicula projetos voluntários do Brasil todo, então há diversas pessoas interessadas no Férias Solidárias que se inscrevem por lá; a elas mandamos um e-mail quando se abre o processo seletivo da edição. Por meio de suas respostas, verificamos se correspondem aos requisitos necessários para compor o corpo de voluntárias: é preciso ser mulher, ter entre 16 e 26 anos e cursar Ensino Médio ou algum curso universitário. Se a candidata corresponde ao perfil, é convidada para uma entrevista em um dos Centros Culturais que organizam o projeto.” Completa dizendo que a segunda fase, ainda mais simples, dá-se a partir de uma conversa. “Duas entrevistadoras, seguindo perguntas referentes ao percurso acadêmico e profissional de quem tem interesse em ser voluntária, analisam se a voluntária apresenta espírito de serviço, liderança, trabalho em equipe. Durante a entrevista também se faz uma explicação sobre os pontos principais do projeto e, tendo tudo explicitado, pergunta-se à candidata se ela tem a disponibilidade necessária. De modo geral, o recrutamento é bem tranquilo e praticamente só há “reprovações” (digamos assim) na fase do formulário, nas ocasiões em que se candidatam pessoas fora do perfil desejado.”

Em relação às atividades que são feitas na semana de atuação com a comunidade, Júlia diz que essas “têm sempre a finalidade de acrescentar, de forma lúdica, determinados conteúdos à bagagem cultural que as crianças já obtêm na escola, e de permitir um pouco de diversão saudável para crianças que não têm. Em geral fazem-se atividades relacionadas a alguns dos seguintes temas: Educação Física (Recreação), Ciências (Sistemas do Corpo Humano, Experimentos de Química, Meio Ambiente), Artes (Música, Dança, Artesanato, Teatro), Geografia (Volta ao Mundo), e Direito (Cidadania). Todas as temáticas costumam interessar às crianças, mas, por termos algumas limitações (quanto ao número de voluntárias e ao tempo de atividade), costumamos escolher três ou quatro por edição”.

Para escolher as atividades, o Férias Solidárias também depende da arrecadação de recursos específicos e das voluntárias disponíveis. Como por exemplo escovas de dentes e uma voluntária que estude ou

seja formada em Odontologia para oficina da Saúde. Essa circunstância, faz com que frequentemente as áreas de conhecimento das jovens participantes sejam as escolhidas para abordar, a fim de aproveitar os talentos já existentes.

No momento do projeto há três tipos de funções: monitora de grupo ou nível, coordenadora de oficina e bazar, e coordenação geral. “Em geral, buscamos fazer com que as voluntárias colaborem segundo suas preferências: há quem goste de liderar os grupos e estar mais próxima das crianças, acompanhá-las continuamente durante as atividades; outras preferem organizar a oficina em si. Assim, tentamos equilibrar os interesses para dividir as voluntárias nas diversas funções. Em casos em que as preferências sejam pouco compatíveis, consideramos também se a voluntária já participou de outras edições”, de modo que esta esteja mais capacitada a ocupar funções mais desafiadoras e que exigem mais experiência, explica.

Aline Ferreira, de 22 anos, é estudante de pedagogia e voluntária veterana. Segundo a própria, participou de ao menos 7 ou 8 “Rurais”, sendo a primeira em 2013. Mesmo não indo todos os anos desde lá, participou muitas vezes das duas versões do ano. Tanto de janeiro, quanto de julho.

Sua primeira vez “foi inesquecível! Eu fiquei com as crianças mais novas mas lembro também das gincanas e atividades que foram feitas com as outras turmas porque todos os dias compartilhávamos nossas experiências e nossos planos para o dia seguinte. As voluntárias eram todas muito simpáticas, divertidas e prestativas e no último dia as mais velhas organizaram uma gincana para as novatas, mas todas participaram no fim das contas! Teve guerra de bexiga d’água, corrida do saco e várias outras brincadeiras. Lembro-me também muito das crianças e das visitas que fizemos às casas, especialmente por ser a primeira vez que eu fazia um trabalho social com contato mais próximo com a população. Um caso que me chamou a atenção foi o de uma família cigana”, lembra.

A futura pedagoga reconhece o Férias Solidárias como enriquecimento da profissão. Mas além disso, como “experiência de

vida que abre novos horizontes, nos faz sair de nós mesmas e aproveitar o tempo de uma forma única: doando-o aos outros. Isso com certeza causa um impacto pessoal, porque com o projeto eu descobri que posso dar mais do que eu imaginava aos outros, por um lado. E por outro, posso aprender muito deles e preciso da ajuda das outras voluntárias”.

“Esses momentos são sempre muito ricos, pois passei a conhecer melhor a mim mesma e às outras meninas, e tive inclusive a oportunidade de fazer ótimas amizades. Os temas das formações são muito variados, desde liderança até humildade, e por isso mesmo nos enriquecem. Sempre tentamos praticar, viver, as dicas que nos passam o que ajuda muito a nossa convivência lá e depois podemos levar para nossas casas”, declarou sobre os momentos de formação.

Mas apesar desses momentos bons e crescimento pessoal trazidos, pela jovem, nem tudo são flores. Aline relata a decepção que teve ao descobrir que em um dos anos que se voluntariou, alguns dos meninos mais velhos já tinham contato com drogas. E também lembrou de uma edição, onde o grupo de voluntárias não tinha tanta coesão no início e foi preciso esforço e grande crescimento para que todas cooperassem e elas pudessem chegar bem ao fim da semana de projeto. “Em outra vez, tive alguns problemas com a questão do banho, da toalha e das roupas”, relembra também de problemas mais ligados a logística e condições não tão confortáveis das escolas em que se instalam durante a semana de trabalhos.

Já a estudante de Design de Moda de 19 anos, Tainara Galvão, participou da “Rural” como sua primeira atividade filantrópica, em julho de 2018. Relembra que por não ter vivência, foi com mente aberta, sem muita noção de como seriam as atividades e com o intuito de ajudar as crianças de alguma forma. “No final eu percebi que, na verdade, elas que melhoraram meu dia, minha semana. E não só ficou ali, foi uma experiência que eu sei que vou levar para a vida toda e foi um momento que me fez perceber que eu precisava fazer mais essas coisas. Que eu tenho aptidão para isso, para lidar com criança, e que eu gosto. É uma coisa que eu gosto de fazer. A Rural serviu como um

estopim para que eu começasse a fazer mais projetos desse tipo, que eu me empenhasse para mais projetos desse tipo. Não só quando tenho tempo livre, mas também arranjar um tempo na minha agenda para conseguir fazer essas coisas. Então a Rural foi o meu começo. E até agora foi a experiência mais significativa que já tive em relação a projetos sociais.” A jovem completa que o projeto é um meio de fazer o bem e sentir-se bem. É uma corrente, que se recebe muita coisa em troca.

“Era um momento muito reflexivo, em grupo, o que acredito ser importante pela partilha dos momentos e experiências. É necessário nós entendermos que estamos ali, fazendo a mesma coisa e precisamos de ajuda para entender certas situações ou podermos compartilhar coisas boas que aconteceram no nosso dia, compartilhar também algumas coisas ruins que aconteceram para aprender e saber lidar melhor se acontecer uma próxima vez. Acredito que todos os momentos eram muito importantes e essenciais. Cada um tinha sua função, o que acredito ter sido primordial”, comenta sobre os tempos de formação e reuniões que as estudantes têm ao longo dos dias de projeto.

Tainara lembra que se entristeceu ao ver algumas situações. “Vivemos tanto no nosso mundinho, um dia a dia tão corrido, que às vezes esquecemos que tem pessoas que precisam de nós, que estão em situações carentes. Nos esquecemos que há pessoas que têm menos. Então essa situação me chocou. Não digo que fiquei decepcionada, mas entristecida pelo sistema e mundo em que vivemos, onde alguns têm muito e alguns têm tão pouco.”

“Tem duas coisas importantes, que se na minha opinião, fossem feitas de outra maneira agregaria mais ao projeto, facilitaria e tornaria melhor algumas coisas. A primeira é a divulgação! É um trabalho social, muito importante; algo que deve ser divulgado para todos. E acredito que ela não seja feita de uma maneira tão abrangente, já que a maioria das pessoas que eu conheci ficou sabendo por que alguém contou. Não porque viu em algum lugar, ou recebeu um convite. Não sei, sinceramente, de que maneira isso poderia ser feito efetivamente, mas penso que poderia ser algo de maior escala. Coisas boas precisam ser divulgadas! Tanto em relação a convidar voluntárias

para fazer o projeto, quanto para comunidade. Eu via que tinham mães que não sabiam que estava tendo atividade e as que sabiam, por alguma razão, não contavam. E algumas crianças não iam por pensar que não ia ter mais atividades, que seria apenas um dia. A comunicação deixou a desejar. E o outro ponto, está relacionado a organização das voluntárias. Quando fui, por exemplo, a realização das atividades e brincadeiras foi um tanto quanto decidida na hora. Já tinha uma seleção prévia, então fomos com algumas em mente, mas muitas não tinham sido testadas ou divididas no cronograma e acabávamos por decidir no dia o que faríamos em algumas ocasiões. Essa organização eu considero que poderia ser mais concreta para irmos nos planejando melhor, ou ter um ‘plano b’ caso tivessem erros, e essa alternativa funcionar porque alguém já testou antes”, responde em relação a melhorias a serem feitas na estrutura do projeto.

Edição 2019

Este ano, assim como no ano passado, o Férias Solidárias foi realizado pelos centros culturais Jacamar e Vereda na cidade de Limeira, numa zona conhecida como Rubi. Lá vivem em média 900 pessoas, divididas em mais ou menos 300 famílias, em três blocos de conjuntos habitacionais. A maior parte das pessoas que ali vivem têm alguma deficiência física ou déficit cognitivo. Segundo a assistente social da educação, Kelly, “10% dos alunos da escola tem deficiência cognitiva”.

Segundo as assistentes sociais, a comunidade foi criada com propósito de centralizar as pessoas com deficiências físicas ou cognitivas mais carentes da cidade. Deste modo, foram construídos três conjuntos habitacionais com 5 torres e as famílias foram distribuídas, de modo que quem possui um salário melhor, tem acesso a apartamentos melhores. Em questão de infraestrutura, foi-lhes prometido uma escola para crianças até 12 anos, duas creches, um posto de saúde e ônibus circulares que os levariam para o trabalho.

Porém, as únicas coisas que estão em funcionamento são a escola e os ônibus.

“Essa é a segunda edição do projeto Férias Solidárias (na escola) e também, coincidentemente, é o segundo ano de funcionamento da escola. Então desde o primeiro ano, ano passado, a gente já teve a edição do projeto.” Declarou Alessandra Pascotto, Diretora da escola Rubi, completando que para si e para a escola, essa presença “é muito importante. Por que estamos localizados em uma comunidade de muita vulnerabilidade social e um local onde não tem nem um tipo de serviço público ou recreativo, de lazer (para a comunidade) em torno da escola. A única coisa pública, para atendimento da comunidade, que existe é a escola. Então, eu tendo ou não parceiros e projetos na escola, eu sempre tenho as crianças procurando por esse espaço. Por recreação, ‘para ter um local para ficar. Então a primeira coisa, acho que é tirar as crianças da rua e colocá-las em um local seguro, organizado e com tarefas que são recreativas, mas também educativas. Para essa comunidade o projeto fica bem significativo. Para mim é importante porque é uma parceria necessária, eu diria. E creio que tenha a contrapartida. Para as pessoas que participam do projeto, as voluntárias que vem, também é uma experiência de imersão. Uma realidade diferente, um contexto diferente. Acredito que também seja um aprendizado para cada uma delas.”

Fernanda de Oliveira Machado, mãe de criança assistida e funcionária da escola, completa a fala da diretora dizendo que o trabalho das voluntárias “faz diferença. Agora as crianças estão dentro da escola. Antes de começar, que elas ficaram uma semana em casa, é só para rua. Pulando muro, nesse meio do mato que tem em frente a escola, que eu acho um perigo. E é desde cedinho até a noite, dez horas, criança na rua. O dia inteiro. Às vezes as mães não sabem nem onde estão. Eles não avisam que vão sair. Isso eu vejo lá embaixo, onde eu moro. É o tempo todo na rua. Abriu a escola eles vêm para cá. Ainda mais que tem atividade dirigida, melhor ainda. Lanche e atividade dirigida. Aí eles gostam. Podiam até ser mais semanas, as férias todas. ia ser uma maravilha. Eles não iam ficar para rua em

momento algum. Aqui eles cansam. Eu desço, eles estão mais contidos. Já cansou durante o dia. Agora lá, o tempo todo na rua.”

Com visão de mãe, comenta da experiência de sua filha Maria Luisa. “Ela teve contato com atividades relacionadas com Direito, conversou com uma universitária que está fazendo Medicina. Ela amou. Inclusive, entrou no assunto do que ela quer ser quando for para faculdade, de tanto que ela gostou da atividade das meninas. Achei uma gracinha! Ela ficou pensando sobre isso. Porque as crianças daqui não tem contato com isso, a maioria não tem. Você pode ver que se falar que é para chegar cedo, eles chegam; se falar que vai ficar o dia todo, eles ficam. Eles querem participar.”

Nas atividades dispostas para comunidade, este ano estavam como uma creche para as crianças de 5 a 7 anos; “Saúde”, “Eu e a Sociedade” e gincana de 8 a 12 anos; lanche e teatro para todas as idades e bazar para as mães. Em Saúde, foram tratados de assuntos da anatomia e funcionamento do corpo, com a apresentação de estudantes e assistência de profissionais da área. Já em “Eu e a Sociedade” foram trazidos assuntos ligados a legislação e cidadania, por estudantes de Direito.

Vanessa Barbezan, também funcionária da escola, assim como as colegas, reforça a positividade do projeto para comunidade. “Distraí as crianças agora nas férias. Ajuda eles a se desenvolverem mais, fazer mais amizades. E pra escola também é bom; a diretora gosta de envolver as crianças em projetos. Para nós que trabalhamos aqui é bom que vemos eles se divertindo”.

“Pra mim, o projeto é bom. As crianças participam. O Victor, em si, gosta muito desse tipo de projeto pela amizade. Ele faz novas, porque lá ele fica trancado, quase não tem. Aqui ele já se solta mais. Por vocês mesmo. Quando ele viu as meninas lá (em visita aos apartamentos) ele ficou muito feliz. E para mim é bom. Esse projeto feito aqui é novidade, nunca tinha visto isso nas outras escolas que eles estudaram. E o bazar também foi ótimo, ajudou bastante! Consegui levar coisas que se eu fosse comprar na loja, não conseguiria e aqui

foi bem proveitoso”, declara a mãe de crianças assistidas Juliana Rodrigues.

Pela parte da manhã, após o café, as voluntárias tinham formação e se dividiam em grupos para fazer visitas às casas das famílias, ou para pintar as arquibancadas do ginásio da escola. Das 14h às 17h, as crianças permaneciam na escola com as monitoras, para realização das dinâmicas e oficinas. Ao fim de cada dia de atividades, as jovens se reuniam e faziam um balanço das atividades do dia, o que correu bem, o que não saiu como esperado, problemas do dia e o que pode ser pensado melhor na próxima edição. Já pela noite, após o jantar, havia momentos de descontração e, se necessário, preparo de material para o dia seguinte. Isso se repetiu todos os dias, durante a semana de 14 a 20 de junho.

O projeto em si, como a própria dirigente da AFESU comentou, não traz tanto impacto e mudanças permanentes na comunidade assistida, até pela sua sazonalidade. Mas sim nas jovens que se voluntariam e se dispõem a doar seu tempo e atenção às crianças e mães assistidas. Esse sim é o maior legado do projeto, que já completa 50 anos. Muitas das participantes antigas lembram-se dos momentos vividos e das crianças que as impactaram e levam essa experiência de crescimento pessoal consigo. Com o “Férias Solidárias” têm a oportunidade de se conscientizarem da importância de sair da própria bolha social, de seu conforto e conhecer o mundo a sua volta, com as diferentes realidades que ele traz. Percebem como contribuir, cada uma a sua maneira, para que outras pessoas tenham oportunidade viverem experiências enriquecedoras: crescerem em conhecimento do mundo, das possibilidades e dos próprios direitos.

Trabalho realizado pela aluna concluinte de jornalismo noturno da
Pontifícia Universidade Católica

**Um Trabalho de Conclusão de
Curso de Jornalismo PUC-SP**